CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÏBA

PROCESSO N.º 122/79	Ç
	70808
Espécie de Expediente: "VETO PARCIAL 40 PROJETO-DE-LEI Nº 121/7	79° C
	20 20 20 20
	740BO
	lepdf
Proponente: EXECUTIVO MUNICIPAL	enticidad
Data de entrada 26 / novembro / 19 79	ortal/aute
	Jov.br/pc
Protocalado sob N.º 954/f78	aiba.rs.ç
ANDAMENTO	www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/autenticidadepdf
	Www.c
soo de festiça e ledação. mão.	M https:
Rm scasod extendedigióno, 29/1/1/79 o presente por	DADE EM https://www
1 2 boteneon 4 votos for pourin Mil.	TORIA: E ENTICID
	A AUTI
	PLE 121/1979 - AUTORIA: EX VERIFIQUE A AUTENTICIDA
	PLE VER





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 0F N.º 182 / CH/GAB-79 OF. N.º

Senhor Presidente

Temos em mãos o Projeto de Lei nº 121/79, o qual chegou a este Executivo com emendas propostas pela Comissão de Justiça e Re dação.

O presente tem a finalidade de opor VETO PARCIAL às referidas emendas, no que concerne ao artigo 13º.

O Projeto 121/79, em seus artigos, conflita frontal mente com o artigo 3º da Lei 349, de 8 de fevereiro de 1977, no que diz respeito a ocupação do solo. Isto posto, o citado Projeto, tornando-se -Lei, devera revogar os dispositivos conflitantes.

Na verdade, a Lei oriunda do Projeto 121/79 não podera alterar situações ja existentes permitidas por força da anterior 349/77, por não ter efeito retroativo, somado ainda a emenda do art. 129, paragrafo unico, onde o Legislativo ja fez menção a irretroatividade.

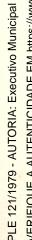
Assim, estamos opondo o referido VETO PARCIAL, o qual solicitamos seja examinado em regime de urgência urgentissima.

Sem mais, subscrevemo-nos atenciosamente.

DR. SOLON TAVARES

PREFEITO MUNICIPAL

Ilmo.Sr. Ver. Antenor Pereira MD Presidente do Legislativo Municipal





CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE: 2A59214C750B0D9E52A3A9E58C6C3CAD /ERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM https://www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/autenticidadepdf CODIGO DO DOCUMENTO: 016796

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE LEI NO 121/79

ESTABELECE REGIME URBANISTICO E DE PRESERVA ÇÃO DA ĀREA DEFINIDA PELO RIO JACUT, CANAL-DA PINTADA, ESTRADA MARTINHO POETA E ARROIO DAS TRINCHEIRAS

INTEGRANTE DO PARQUE ESTADUAL DELTA DO JA CUI.

DR. SOLON TAVARES, Prefeito Municipal de Guaiba.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovu e eu sanciono e pro-2528608

mulgo a seguinte Lei:

ART. 10 - É considerada zona de ocupação urbana para fins 50B0I recreação vinculada aos esportes nauticos e aquaticos a area delimitada pelos se-Q

recreação vinculada aos esportes nauticos e aquaticos a area delimitada pelos se-27 guintes acidentes geográficos: rio Jacuí, Canala da Pintada, estrada Martinho Pereguintes acidentes geográficos: rio Jacuí, Canala da Pintada, estrada Martinho Pereguintes acidentes geográficos: rio Jacuí, Canala da Pintada, estrada Martinho Pereguintes de area a canala da Pintada, estrada Martinho Pereguintes de CAPÍTULO I - DA ÁREA DOS LOTES

ART. 20 - Nenhuma construção nova será liberada nesta Zona de Ocupação Urbana em terreno com testadas menores de 10,00m (dez metros) e menos de 500,00m2 (quinhentos metros quadrados) de area, salvo em lotes parcelados e devidos sergiones de damente registrados anteriormente à vigência desta Lei.

CAPÍTULO II - DO REGIME URBANÍSTICO

ART. 39 - As edificações nesta Zona de Ocupação Urbana obedere de vigência desta Lei.

I - Atividades Permitidas:

a) habitações unifamiliares em terreno isolado
b) clubes ligados aos esportes naticos e aquáticos de acuaticos e aquáticos e aquáticos de acuaticos e aquáticos de acuaticos e aquáticos de acuaticos e aquáticos e aquáticos de acuaticos e aquáticos e a aquáticos e aq

Ocupação Urbana em terreno com testadas menores de 10,00m (dez metros) e menos de 500,00m2 (quinhentos metros quadrados) de ārea, salvo em lotes parcelados e devagadamente registrados anteriormente à vigência desta Lei.

CAPITULO II - DO REGIME URBANISTICO

ART.39 - As edificações nesta Zona de Ocupação Urbana obedente rão o seguinte regime urbanistico:

I - Atividades Permitidas:

a) habitações unifamiliares em terreno isolado
b) clubes ligados aos esportes naaticos e aquáticos o) areas de recreação pública

II - Aproveitamento:

A ocupação máxima de edificação residencial permissively estada por o curso d'agua no proporção de 5,00m2 (cinco metros quadrados) de ārea edificada do pavimento por cipal, de que fala o art.50, item "a", para cada metro linear da referida teste ado cipal, de que fala o art.50, item "a", para cada metro linear da referida teste ado cipal, de que fala o art.50, item "a", para cada metro linear da referida teste ado cipal, de que fala o art.50, item "a", para cada metro linear da referida teste ado cipal, de que fala o art.50, item "a", para cada metro linear da referida teste ado cipal, de que fala o art.50, item "a", para cada metro linear da referida teste ado cipal, de que fala o art.50, item "a", para cada metro linear da referida teste ado cipal, de que fala o art.50, item "a", para cada metro linear da referida teste ado cipal, de que fala o art.50, item "a", para cada metro linear da referida teste ado cipal de ci

- IV- Recues Minimos
 - a) Laterais 2,00 (dois metros) ou 1/5 da testada do reno:
 - b) De fundos 15,40m (quinze metros e quarenta centime tros) contados a partir da linha definida pelo nivel me

IGO DO DOCUMENTO: 016796





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

tente.

c) Para ajardinamento - 4,00m (quatro metros) aplicavel a testada voltada para a Avenida Martinho Poeta. Os recuos de ajardinamento sera aplicaveis a ambas as testadas nos lotes de esquina.

ART. 49 - Os clubes enquadram-se em casos especiais quantoao disciplinamento, devendo cada caso ser objeto de estudo especial a ser submetido preliminarmente a aprovação do Conselho de coordenação e Orientação do Parque Delta do Jacui.

CAPTTULO III - CONDIÇÕES QUE AS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS DEVERÃO SATISFAZER - ART.59 - As edificações residenciais desta Zona de Ocupa ção Urbana deverão atender os seguintes requisitos:

- a) O nivel do piso do pavimento principal devera ter a cota minima de 4.90m (quatro metros e noventa centimetros) referidos ao nível zero do DEPRC, para gadopero rantir a integridade da habilação em caso de enchen-operates;

 b) acima da cota a que se refere o art.50, deverão estar per
- os compartimentos principais, tais como dormitorios, salas de estar e jantar, cozinha e banheiros;
- salas de estar e jantar, cozinha e banheiros;

 c) pe direito maior ou igual a 2,20m (dois metros e binge te centimetros), e nunca superior a 2,60m (dois me estar e jantar) tros e sessenta centimetros) para o pavimento secundario, inferior ao pavimento principal, podendo ai -8 dario, inferior ao pavimento principal, podendo al -es ser localizadas apenas dependências acessorias tajados como garagens, lavabos e lavanderias quando o nivem do piso for inferior a cota 4,50m (quatro metros cinquenta centímetros) referida no item "a"; não podera ser utilizado o espaço inter-pilotis quando do tiver pe direito inferior a 2,20m (dois metros vinte centímetros); os espaços inter-pilotis, quando atenderem as condicados vinte centímetros); os espaços inter-pilotis, quando atenderem as condicados vinteres do item "c" poderão ter areas fechadas desde 1717 que estas não excedam a 20% da superfície do pavimenta. do piso for inferior a cota 4,50m (quatro metros cinquenta centimetros) referida no item "a"; c) não poderá ser utilizado o espaço inter-pilotis que
- d) os espaços inter-pilotis, quando atenderem as condi que estas não excedam à 20% da superficie do pavimenz to principal.

CAPITULO IV - DISPOSIÇÕESS GERAIS

ART. 69 - Não serão permitidos aterros nem drenagens;

ART. 79 - A remoção ou eliminação de arvores ou de qua P

quer espeicie de vegeração so poderá ocorrer em casos especiais, com autorizacan denvecea do ovaso administrativo do Davous



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

se encontram sem vegetação deverão ser recuperadas ou vegetadas, sendo a esco-Tha das especies aprovada pelo orgão administrativo do Parque, não admitido plantio de especies ornamentais exoticas.

ART.99 - Aplicam-se subsidiariamente, apos cumpridas as e xigências especificas da presente Lei, as determinações, não colidentes, constam das legislações municipais pertinentes e demais dispositivos legais a tinentes a materia.

ART. 100 - A propriedade imovel, em area do Parque, somente podera ser usufruida desde que seja conservada a flora, a fauna, a paisagem, as belezas naturais e o equilíbrio ecológico, e evitada a poluição do ar, das guas e a erosão do solo.

ART.119 - Toda ou qualquer intervenção na area so sera rea lizada apos a aprovação pelo orgão Administrativo do Parque, de acordo com disposto na presente Lei e demais exigências legais aplicaveis.

dos pedidos de interessados em realizar útilizações nestas zonas serão disci plinadas através de regulamento específico.

tes, obedecera também ao disposto neste artigo.

ART.120 - Os requisitos, encaminhamento e processamento - proc ção, ficando expressamente regogada a Lei nº 349, de 08 de fevereiro de 1977 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÏBA, em...

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DR. NELSON CORNETET SECRETARIO DO MUNICÍPIO





GUAÍBA MUNICIPAL DE CÂMARA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer N.o PROCESSO N.o REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina:



Sala das Comissões, em

Relator

Presidente

by Am as Solomo Chialy contra





CÂMARA MUNICIPAL GUAÍBA DE COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer N.o

PROCESSO N.o

121/79.

REQUERENTE

Executivo Municipal

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina: pelas segui emendas: "Art. 12º Paragráfo único: A regularização das situações ji pode tentes, obedecerá também ao disposto neste artigo assegurando os dire de adquiridos pelos proprietários.

Ar. 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicaç produção regimente de activo manufos em presidente de activo manda de sua publicaç produção regimente de activo de A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina: pelas segui





LEI Nº 349, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1977.

CONSIDERA ZONA DE RECREAÇÃO VINCULADA AO ESPORTE NÁUTICO ÁREAS INUNDÁVEIS NO DISTRITO DE FLOR DO CONDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DR. SOLON TAVARES, Prefeito Municipal de Guaiba.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - É considerada zona de recreação vinculada ao es porte nautico a area delimitada pelos seguintes acidentes topografi cos: rio Jacui, armio da Pintada, estrada do Limoeiro e arroio das Trincheiras, no Distrito de Flor do Conde.

Art. 2º - A área definida no Art. 1º é declarada zona de expansão urbana.

Art. 3º - É facultado ao Executivo, sempre que for considerado de interesse público, autorizar localizações pretendidas denomo de de diretrizes metropolitanas de uso de solo.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Leixi entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍBA, em 08 de fevereiro de 1977.

Additional de 1980 d

DR. SOLON TAVARES

Prefeito Municipal

